



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

#### 1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. A LTMC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151,01
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações próprias/ acessadas:	4

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** A Resolução Homologatória nº 3.346 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 3.168.073 (Três milhões cento e sessenta e oito mil e setenta e três reais), vide **nota explicativa 1.2.: 3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2024 e 2023 são:

	2024	2023
• Liquidez geral	4,26	4,15
• Liquidez corrente	4,79	5,03
• Relação patrimônio líquido/ativo	76,50%	75,89%
• Relação passivo não circulante/ativo	20,37%	21,27%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,79%	8,20%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	12,07%	12,22%
Ativos totais - R\$	510.615.615	510.458.653
Lucro líquido do exercício - R\$	34.339.669	31.775.940

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2024 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a

governança da companhia, de acordo com as melhores práticas do mercado. O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas. Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvinia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

#### 5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disparamos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da companhia ("Top Risks"), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

#### 6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes. Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento. Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa. Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pilulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. O time de

Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma companhia independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

#### 7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

#### 8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 e 2023 a companhia teve como auditor independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes LTDA. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes LTDA foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2024	2023
Auditor Independente	45.128	45.128
KPMG Auditores Independentes	45.128	45.128
<b>Total</b>	<b>45.128</b>	<b>45.128</b>

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

#### 9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.337.718	9.798.935	Fornecedores - terceiros	12	691.478	1.812.806
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	9	6.434.052	6.975.540	Fornecedores partes relacionadas	23.2	1.184.231	1.821.398
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	890.726	282.232	Obrigações sociais e trabalhistas		1.233.426	811.266
Almozarifado	10	4.243.893	4.058.062	Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	10.318.997	7.872.485
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75.237	75.237	Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	754.562	669.960
Outros impostos a recuperar		119.550	119.550	Outros impostos a pagar	14	493.708	398.007
Ativos de contrato	11	52.735.523	50.923.274	Taxas regulamentares		990.375	803.106
Outros ativos circulantes		847.774	584.247		17.d		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>76.684.473</b>	<b>72.817.077</b>	Dividendos propostos	23.2	326.227	301.871
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Total passivo circulante</b>		<b>15.993.004</b>	<b>14.490.899</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Títulos e valores imobiliários	8	3.007.531	2.698.073	Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	71.276.314	75.797.991
Ativos de contrato	11	429.819.493	433.645.635	Provisão para contingências	15	233.181	194.296
Outros ativos não circulantes		214.074	194.296	Impostos diferidos	16	32.477.609	32.597.485
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>433.041.098</b>	<b>436.538.004</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>103.987.104</b>	<b>108.589.772</b>
Imobilizado		886.042	1.097.772	<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Intangível		4.002	5.800	Capital social	17.a	300.025.069	300.025.069
<b>Total</b>		<b>890.044</b>	<b>1.103.572</b>	Reserva legal	17.b	8.133.274	6.416.290
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>433.931.142</b>	<b>437.641.576</b>	Retenção de retenção de lucros	17.c	82.477.164	80.936.623
<b>Total do ativo</b>		<b>510.615.615</b>	<b>510.458.653</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>390.635.507</b>	<b>387.377.982</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>510.615.615</b>	<b>510.458.653</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>300.025.069</b>	<b>4.827.492</b>	<b>64.262.055</b>	<b>—</b>	<b>369.114.616</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	31.775.940	31.775.940
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 17.b)	—	1.588.798	—	(1.588.798)	—
Constituição de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 17.c)	—	—	29.885.271	(29.885.271)	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 17.d)	—	—	—	(301.871)	(301.871)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17.d)	—	—	(13.210.703)	(13.210.703)	(13.210.703)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>300.025.069</b>	<b>6.416.290</b>	<b>80.936.623</b>	<b>—</b>	<b>387.377.982</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	34.339.669	34.339.669
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 17.b)	—	1.716.984	—	(1.716.984)	—
Constituição de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 17.c)	—	—	32.296.458	(32.296.458)	—
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 17.d)	—	—	—	(326.227)	(326.227)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17.d)	—	—	(30.755.917)	(30.755.917)	(30.755.917)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>300.025.069</b>	<b>8.133.274</b>	<b>82.477.164</b>	<b>—</b>	<b>390.635.507</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" e/ou "Companhia") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros - MG. A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited (TVGIL) com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas **1.1 Da Concessão:** Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 151 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (ii) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA. (iii) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA. (iv) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kV 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias nas funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades

comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia: (a) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de sectionamento da LT, em 500 kV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de sectionamento da LT em 345 kV Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba; (b) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de sectionamento da LT em 345 kV Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2. Os equipamentos e instalações descritos nos itens (a) e (b) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão sectionadas. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916.000 (vinte milhões, novecentos e dezesseis mil reais) (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 54.688.667 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 67.327.829 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	62.753.300	81.370.243
Custo de construção e operação	20	(10.843.342)	(34.019.321)
<b>Lucro bruto</b>		<b>51.909.958</b>	<b>47.350.922</b>
Despesas gerais e administrativas	21	(4.845.305)	(2.572.146)
Outras receitas/ (despesas) operacionais líquidas		86.815	(361.486)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>47.151.468</b>	<b>44.417.290</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22	<b>(9.710.766)</b>	<b>(9.315.571)</b>
Receita financeira		1.571.578	1.671.282
Despesa financeira		(11.282.344)	(10.932.853)
<b>Resultado antes dos impostos antes do lucro</b>		<b>37.440.702</b>	<b>35.101.719</b>
IRPJ e CSLL correntes	23	(3.154.995)	(2.583.801)
IRPJ e CSLL diferidos	23	53.962	(741.978)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.339.669</b>	<b>31.775.940</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	34.339.669	31.775.940
Outros resultados abrangentes	—	—
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>34.339.669</b>	<b>31.775.940</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>37.440.702</b>	<b>35.101.719</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	10.469.193	10.079.041
Depreciação e amortização		213.528	188.834
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(263.481)	(323.915)
Provisão para perda de crédito esperada	9	1.765.825	2.947
Provisão para contingências	14	38.885	98.806
PIS e COFINS diferido		(65.913)	879.292
Custo da transação de financiamento (Aumento) redução nos ativos operacionais	13	(15.243)	(1.561.067)



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 70.495.902 (setenta milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil novecentos e dois reais) para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um processo de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Reforço:** De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.289/2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia, a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2020-003 - SE Padre Fialho: 2º Banco de Transformadores 1Φ 345/138 kV - 3x50 MVA, o valor total da RAP associada conforme Resolução Autorizativa é de R\$ 8.356.998.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 12, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia concluiu que tais alterações relacionadas a classificação e divulgação dos passivos circulantes e não circulantes não trouxeram impacto na elaboração destas demonstrações financeiras.

#### 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra

de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência, que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

#### 6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

#### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	89.335	996.562
Aplicações financeiras (i)	11.248.383	8.802.373
<b>Total</b>	<b>11.337.718</b>	<b>9.798.935</b>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em de 101,65% do CDI em 2024 e de 102,77% do CDI em 2023. (i) A movimentação é decorrente de (i) redução da receita operacional líquida de R\$ 81.370.243 em 31/12/2023 para R\$ 62.753.300 em 31/12/2024; (ii) redução dos custos operacionais, de R\$ 34.019.321 em 31/12/2023 para de R\$ 10.843.342 devido a conclusão do projeto de reforço Padre Fialho; e (iii) ao maior pagamento de dividendos no valor de R\$ 31.057.788 comparados com o valor pago em 2023 de R\$ 13.587.830. **7.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Conta reserva - financiamentos (i)	3.007.531	2.698.073
<b>Total</b>	<b>3.007.531</b>	<b>2.698.073</b>

(i) O percentual de amortização média aumentou de 0,378% em 2023 para 0,593% em 2024, consequentemente aumentando o valor do depósito em garantia. O recurso está aplicado em fundo de investimentos e a rentabilidade no ano de 2024 foi de 99,09% do CDI. Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referentes as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples das Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. conforme nota explicativa 13. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

#### 9. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	6.061.017	6.048.997
Vencidas até 30 dias	149.805	15.391
Vencidas até 60 dias	160.788	153.468
Vencidas até 90 dias	135.037	390.998
Vencidas até 180 dias	246.847	218.882
Vencidas até 360 dias (i)	567.244	44.989
Vencidas há mais de 360 dias (i)	1.176.948	400.623
<b>Total contas a receber</b>	<b>8.497.686</b>	<b>7.273.348</b>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (ii) (2.063.634)	(297.808)	(297.808)
<b>Total</b>	<b>6.434.052</b>	<b>6.975.540</b>

(i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quinturré, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(297.808)</b>	<b>(294.862)</b>
Reversão de provisão	17.709	233
Complemento de provisão	(1.783.535)	(3.179)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.063.634)</b>	<b>(297.808)</b>

**9.1 Política contábil:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construção e operação da linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

#### 10. ALMOXARIFADO

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado de manutenção e operação	4.243.893	4.058.062
<b>Total</b>	<b>4.243.893</b>	<b>4.058.062</b>

**10.1 Política contábil:** Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício. O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### 11. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	52.735.523	50.923.274
Não circulante	429.819.493	433.645.635
<b>Total</b>	<b>482.555.016</b>	<b>484.568.909</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>484.568.909</b>	
Receita de construção (i)	52	
Receita de O&M (ii)	13.709.627	
Receita de remuneração (iii)	49.181.467	
Recebimentos (iv)	(64.696.972)	
Imobilizado em curso (v)	(208.067)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>482.555.016</b>	
Circulante	52.735.523	
Não circulante	429.819.493	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>463.239.624</b>	
Receita de construção	24.194.621	
Receita de O&M	13.065.118	
Receita de remuneração	48.903.600	
Recebimentos	(62.073.136)	
Imobilizado em curso	(2.760.918)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>484.568.909</b>	
Circulante	50.923.274	
Não circulante	433.645.635	

(i) Variação refere-se ao projeto de reforço da subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20 concluído em 2023; (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) O aumento na receita de remuneração se deu em razão de um saldo do Ativo de Contrato maior no início de 2024, elevando a base sobre a qual incide a receita de remuneração; (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços de construção e operação das linhas de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (v) Variação refere-se a baixas de adiantamentos do projeto de reforço da subestação Padre Fialho realizadas em 2023 conforme resolução autorizativa 9289/20 concluído em 2023. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **11.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. E prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### 12. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para encerramento de obra (i)	581.045	1.677.608
Fornecedores relacionados à construção	-	2.842
Gastos ambientais e fundiários	-	2.936
Prestadores de serviços	46.181	84.707
Outros	64.251	44.713
<b>Total</b>	<b>691.477</b>	<b>1.812.806</b>

(i) Variação referente a provisão de encerramento do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2023, o que consequentemente reduziu os custos operacionais, vide nota 19.

#### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

##### a. Total da dívida

Descrição	Venci- Garan-		31/12/2024	31/12/2023	
	início mento	tidor Encargos			
		IPCA +			
Debêntures	Ago/12	Abr/29	(c) 8,75% a.a.	81.595.311	83.670.476
<b>Total</b>				<b>81.595.311</b>	<b>83.670.476</b>
Circulante				10.318.997	7.872.485
Não circulante				71.276.314	75.797.991
<b>Total</b>				<b>81.595.311</b>	<b>83.670.476</b>

##### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	31/12/2023	e cambial	Juros, inicial	variação	Liqui- dação	Liqui- dação	Amorti- zação	Saldo
<b>Total</b>	<b>83.670.476</b>	<b>10.469.193</b>	<b>(6.929.561)</b>	<b>(5.599.554)</b>	<b>(15.243)</b>	<b>81.595.311</b>		

Financiador	31/12/2022	e cambial	Juros, inicial	variação	Liqui- dação	Liqui- dação	Amorti- zação	Saldo
<b>Total</b>	<b>85.845.846</b>	<b>10.079.041</b>	<b>(6.982.564)</b>	<b>(3.710.780)</b>	<b>(1.561.067)</b>	<b>83.670.476</b>		

**Debêntures:** Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. **c. Garantias Debêntures:** Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão. Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia. Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. Conta Reserva constituída no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização conforme mencionado na nota explicativa 8. **d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

	Amortização
2026	9.692.962
2027	19.630.670
2028	22.368.323
2029	19.631.046
<b>Total</b>	<b>71.323.001</b>

**e. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Escritura da 2ª Emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é efetuado a partir do balancete societário auditado e é apresentado conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>44.483.622</b>	<b>42.757.111</b>
(+) LAJIDA (EBITDA)	47.191.810	44.881.239
(-) Imposto de Renda	(1.729.950)	(1.314.615)
(-) Contribuição Social	(978.237)	(809.513)
<b>B) Serviço da dívida</b>	<b>12.529.116</b>	<b>10.693.344</b>
(+) Amortização de principal	5.599.555	3.710.780
(+) Pagamento de juros	6.929.561	6.982.564

**C) Índice de cobertura do serviço da Dívida = (A)/(B)**

**Índice de cobertura do serviço da dívida contratual**



# MONTES CLAROS

## LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido (A)	16	390.635.507	387.377.982
Ativo total (B)		510.615.615	510.458.653
<b>Índice de Capitalização (A/B)</b>		<b>77%</b>	<b>76%</b>

#### 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	483.007	428.920
CSLL	271.555	241.040
<b>Total</b>	<b>754.562</b>	<b>669.960</b>

#### Outros impostos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	37.234	36.892
COFINS	171.849	170.269
ISS	52.203	53.798
INSS	159.416	62.931
IRRF retido na fonte	2.052	13.007
PIS/ COFINS/ CSLL (PCC)	24.501	27.049
FGTS	34.670	27.301
Outros	11.783	6.760
<b>Total</b>	<b>493.708</b>	<b>398.007</b>

**Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$26.414.619. É válido destacar que as multas oriundas destes processos não apresentam as características de Impostos sobre o lucro e por isso não são tratados sobre o escopo do IFRIC 23. Para maiores informações sobre os processos vide nota 15.

#### 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, civis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de serviços, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Servidão (i)	214.074	194.296
Cível (ii)	19.107	-
<b>Total</b>	<b>233.181</b>	<b>194.296</b>

(i) O valor em questão é proveniente da exposição dos processos fundiários de constituição de servidão: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461 e 0050350-13.2012.8.13.0461 todos em fase recursal. A variação corresponde à atualização monetária e definição de valores por meio de laudo pericial produzido por perito oficial do juízo. (ii) A exposição cível diz respeito ao processo nº 5004943-10.2023.8.13.0461, ajuizada contra a LTM para cobrar o pagamento de honorários advocatícios que não teriam sido pagos ao advogado da contraparte em ação fundiária. O feito está em fase de defesa e a Companhia recebeu a citação formal em agosto de 2024. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>194.296</b>	-	<b>194.296</b>
Adições e reversões, líquidas	(20.499)	18.076	(2.423)
Atualização monetária	40.277	1.031	41.308
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>214.074</b>	<b>19.107</b>	<b>233.181</b>

	Servidões	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>95.490</b>	-	<b>95.490</b>
Adições e reversões, líquidas	48.452	48.452	96.904
Atualização monetária	50.354	50.354	100.708
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>194.296</b>	-	<b>194.296</b>

**Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários e de servidão e fiscais, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Servidões (i)	16.384	83.962
Fiscais (ii)	26.414.619	25.669.858
Ambiental (iii)	9.239	-
<b>Total</b>	<b>26.440.242</b>	<b>25.753.820</b>

(i) **Servidões:** A variação decorreu do encerramento do processo 5002252-10.2021.8.13.0003, no valor de R\$ 68.273, no qual a Companhia obteve decisão final favorável de constituição de servidão de passagem. Permanece ativo o processo 5002209-73.2021.8.13.0003, no valor de R\$ 16.384 em dezembro de 2024 e R\$ 15.688 em dezembro de 2023, que aguarda decisão judicial para prosseguir até obter decisão final de mérito para constituição de servidão de passagem em favor da Companhia. (ii) **Fiscais:** A variação decorreu de atualização monetária em dois casos fiscais nos quais se discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL, são os processos 17227-720.122/2020-16, que variou de R\$ 13.770.407 em 31/12/2023 para R\$ 14.186.384 em 31/12/2024; 17227-720.121/2020-71 que variou de R\$ 11.895.605 em 31/12/2023 para R\$ 12.228.235 em 31/12/2024, os dois com trâmite na esfera administrativa. (iii) **Ambientais:** A contingência é formada por dois autos de infração administrativos, lavrados pelo IBAMA sob a alegação de suposto processo erosivo que teria sido causado por atividades da Companhia, o que teria acarretado descumprimento de condicionantes ambientais. As defesas administrativas foram apresentadas para demonstrar de que a Companhia não praticou nenhuma ação ou omissão que tivessem causado ou contribuído com o agravamento do suposto processo erosivo. Aguarda-se decisão final de mérito nos autos dos processos administrativos 375489/2024 no valor de R\$ 2.639 em 31/12/2024 e 327507/2023 no valor de R\$ 6.600 em 31/12/2024. **15.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>IR e CSLL diferidos</b>	<b>14.864.352</b>	<b>14.918.314</b>
IR Diferido	9.652.177	9.687.217
CSLL Diferida	5.212.175	5.231.097
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>17.613.259</b>	<b>17.679.171</b>
PIS Diferido	3.136.608	3.148.345
Cofins Diferido	14.476.651	14.530.826
<b>Total</b>	<b>32.477.611</b>	<b>32.597.485</b>

**16.1 Política contábil:** O diferimento do IRPJ e da CSLL é relativo ao ativo contratual. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 300.025.069 dividido em 300.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no custo de aquisição, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 1 ação nominativa a R\$ 0,76 cada uma, totalizando o valor de R\$ 0,76. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 82.477.164 e R\$ 80.936.623, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	34.339.669	31.775.940
Reserva legal (5%)	(1.716.984)	(1.588.798)
Base de cálculo para os dividendos	32.622.685	30.187.142
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>326.227</b>	<b>301.871</b>

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos mínimos e intermediários ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2024	Pagamento em 2023
AGO	04/04/2024	31.057.788	-
AGO	26/04/2023	-	92.798
AGO	26/04/2023	-	284.329
RCA	12/06/2023	-	13.210.703
<b>Total</b>		<b>31.057.788</b>	<b>13.587.830</b>

#### 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>68.036.037</b>	<b>86.787.086</b>
Receita de operação e manutenção (i)	13.709.627	13.065.118
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	49.181.467	48.903.600
Receita de construção (iii)	52	24.194.621
Outras receitas (iv)	5.144.891	623.747
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(5.282.737)</b>	<b>(5.416.843)</b>
PIS e COFINS correntes	(2.548.336)	(2.289.329)
PIS e COFINS diferidos (v)	65.912	(879.292)
RGR (reserva global de reversão)	(1.893.002)	(1.439.627)
P&D (pesquisa e desenvolvimento)	(645.609)	(581.201)
TFSE (Taxa de fiscalização)	(261.702)	(227.394)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>62.753.300</b>	<b>81.370.243</b>

(i) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção, conforme nota explicativa 11. (ii) Aumento devido à variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração. (iii) Variação refere-se à finalização dos projetos de reforço da subestação Padre Fialho em abril de 2023 conforme resolução autorizativa 9289/20, conforme nota explicativa 11. (iv) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. A variação de 2024 em relação a 2023 se deu devido à nova receita de CCT iniciada em junho/2024 com o cliente Cemig-D. (v) PIS e COFINS diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. O saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2024 foi inferior ao dos doze meses de 2023, o que justificou o saldo positivo em 2024 no resultado. **18.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os custos são incorridos e acrescidos da margem de construção calculada com base nas melhores estimativas da Companhia ao desenvolver o modelo inicial de Ativo Contratual. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. (d) **Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade.

#### 19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(7.152.654)	(6.180.968)
Material	(635.996)	(645.354)
Serviços de terceiros	(1.152.885)	(1.121.633)
Arrendamentos e alugueis	(149.515)	(102.684)
Seguros	(464.663)	(434.232)
Tributos	(46.895)	(13.462)
Custo de construção (i)	(63)	(24.850.025)
Custo de operação e manutenção	(356.389)	227.885
Outras	(884.282)	(898.848)
<b>Total</b>	<b>(10.843.342)</b>	<b>(34.019.321)</b>

(i) A redução ocorreu devido, substancialmente, à conclusão dos projetos de reforço da subestação Padre Fialho em 2023 e não ocorrência de novos projetos, para mais detalhes vide nota explicativa 12.

#### 20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(1.712.683)	(1.656.698)
Administradores	(378.328)	(204.788)
Material	(89.759)	(48.977)
Serviços de terceiros	(406.290)	(373.503)
Arrendamentos e alugueis	(93.170)	(169.023)
Recuperação de despesas	24.501	136.256
Tributos	(6.182)	(19.585)
Depreciação e amortização	(127.157)	(102.463)
(Provisões) Reversões (i)	(1.825.885)	60.101
Outras	(230.352)	(193.466)
<b>Total</b>	<b>(4.845.305)</b>	<b>(2.572.146)</b>

(i) Variação decorrente principalmente de provisões para perda de crédito AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exul, Newen Energias, Norte Energia e UTE Fortaleza, para maiores detalhes vide nota explicativa 9.

#### 21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita financeira</b>	<b>1.571.578</b>	<b>1.617.282</b>
Receitas de aplicações financeiras	1.546.976	1.614.131
Outras receitas financeiras	24.602	3.151
<b>Despesa financeira</b>	<b>(11.282.344)</b>	<b>(10.932.853)</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(6.971.181)	(6.910.437)
Variações monetárias	(3.498.011)	(3.202.799)
Comissões	(718.143)	(700.865)
Outras despesas financeiras	(95.009)	(118.752)
<b>Resultado financeiro Líquido</b>	<b>(9.710.766)</b>	<b>(9.315.571)</b>

(i) Aumento refere-se à variação do IPCA acumulado das Debêntures no período de 2023 (4,62%) e dezembro 2024 (4,83%).

#### 22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas brutas (8%) (i)</b>	<b>65.789.598</b>	<b>61.930.678</b>
<b>Receitas brutas (32%) (ii)</b>	<b>4.704.107</b>	<b>1.076.665</b>
Base de cálculo (8%)	5.263.168	4.954.454
Base de cálculo (32%)	1.505.314	344.533
Outras receitas	1.884.794	1.715.278

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Base de cálculo</b>	<b>8.653.276</b>	<b>7.014.265</b>
IR devido	(2.139.318)	(1.729.567)
Ajustes de exercícios anteriores	(29)	-
(+) IR diferido/Outros	35.040	(481.804)
<b>Total de IRPJ</b>	<b>(2.104.307)</b>	<b>(2.211.371)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas brutas (12%) (i)</b>	<b>65.789.598</b>	<b>61.930.678</b>
<b>Receitas brutas (32%) (ii)</b>	<b>4.704.107</b>	<b>1.076.665</b>
Base de cálculo (12%)	7.894.752	7.431.681
Base de cálculo (32%)	1.505.314	344.533
Outras receitas	1.884.794	1.715.278
<b>Base de cálculo</b>	<b>11.284.860</b>	<b>9.491.492</b>
CSLL devida	(1.015.648)	(854.234)
(+) CSLL diferido / Outros	18.922	(260.174)
<b>Total de CSLL</b>	<b>(996.726)</b>	<b>(1.114.408)</b>
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b>(3.101.033)</b>	<b>(3.325.779)</b>
<b>Total IRPJ/CSLL corrente</b>	<b>(3.154.995)</b>	<b>(2.583.801)</b>
<b>Total IRPJ/CSLL diferido</b>	<b>53.962</b>	<b>(741.978)</b>

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP. (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL. **22.1 Política contábil:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. A base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre o ativo contratual, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 25%, e de 9% de CSLL.



# MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **24.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

**a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Efeito em Reais</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	81.595.311	83.670.476

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros da Companhia em 31/12/2024 estabelecida através das variações para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pelo BACEN. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 15% e 30%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pelo BACEN).

Risco	Base		Cenários Projetados	
	31/12/2024	Provável	Adverso +15%	Remoto +30%
Aumento				
Empréstimos do IPCA	81.595.311	11.572.519	12.237.459	12.902.398
IPCA		4,84%	4,9957%	5,75% 6,49%

**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	11.337.718
Títulos e valores mobiliários	3.007.531
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	6.434.052
Contas a receber de partes relacionadas	890.726
<b>Total da exposição</b>	<b>21.670.027</b>

Os riscos de créditos relacionados a Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (Provisão para perda de crédito esperada) vide **nota explicativa 5.4**. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte

31/12/2024	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	2-5 anos
Fornecedores Terceiros	691.477	691.477	691.477	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	1.184.231	1.184.231	1.184.231	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.595.311	123.622.621	15.017.304	17.760.513	63.651.740

**24.4 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios

exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:

	31/12/2024	31/12/2023
Ba1	14.345.249	12.497.008
<b>Total da exposição</b>	<b>14.345.249</b>	<b>12.497.008</b>

**e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	2-5 anos
691.477	691.477	691.477	-	-	-
1.184.231	1.184.231	1.184.231	-	-	-
81.595.311	123.622.621	15.017.304	17.760.513	63.651.740	27.193.064

apresentados. **(ii) Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## 25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

## 26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo previsto a pagar refere-se ao montante total de R\$ 460.624. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTM-PM-2021-4446	"Grantel (REA)"	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	460.624
<b>Cronograma de vencimento</b>				<b>Em R\$</b>
2025				460.624
Total				460.624

## DIRETORIA

**Ramon Sade Haddad**  
Diretor Presidente

**Changwei Chen**  
Diretor

**Mariana de Oliveira Barbosa**  
Contadora - CRC RJ 103573/O-2

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Diretores da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. Rio de Janeiro - RJ**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas Explicativas nºs 11 e 19 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura; (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de remuneração definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de remuneração. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-base subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização e reconhecimento dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos

relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (ii) Validação pelos especialistas em Finanças Corporativas das premissas utilizadas nas projeções de receitas, incluindo atualização inflacionária e Revisões Tarifárias Periódica, custos, margem contratual, definição da taxa de remuneração e projeção da taxa de inflação utilizados no modelo dos Ativos contratuais de Revisão Tarifárias Periódica e Reforço das linhas de transmissão; (iii) Verificação do fluxo principal e Reforços: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de remuneração; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, receita, margem de operação e manutenção, e a taxa de remuneração) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior e verificado pelo nosso time de Finanças Corporativas; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos Avisos de Créditos (AVCs); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Luis Claudio França de Araujo**  
Contador CRC RJ-091559/O-4

